

MINUTA**DELIBERAÇÃO CBHSF Nº ____ de novembro de 2011**

Aprova as Metas Intermediárias até o ano de 2014, para atendimento aos compromissos assumidos na Carta de Petrolina, em prol da revitalização e melhoria de vida dos povos da bacia.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF, criado pelo Decreto Presidencial de 05 de junho de 2001, no uso de suas atribuições e;

Considerando o Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2004-2013;

Considerando o Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria;

Considerando as metas estabelecidas na Carta de Petrolina, assinada no dia 07 de julho de 2011, na abertura da XIX Reunião Ordinária do CBHSF;

Considerando o Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011, que institui o Programa Água para Todos.

DELIBERA:

Art. 1º Ficam aprovadas no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, as Metas Intermediárias para os objetivos propostos na Carta de Petrolina, para consecução de ações em prol da revitalização da bacia até o ano de 2014, conforme o Anexo I desta Deliberação.

Art. 2º Esta deliberação entra em vigor a partir da data de sua aprovação em Plenária.

Geraldo José dos Santos
Presidente - CBHSF

José Maciel Nunes de Oliveira
Secretário - CBHSF

Bom Jesus da Lapa, 17 de novembro de 2011.

ANEXO I

METAS INTERMEDIÁRIAS 2011-2014

- I. **“Água para Todos”**: abastecimento de água para as populações urbanas, rurais e difusas.
 - I.1) Atender cada região fisiográfica, conforme referidas no Plano da Bacia, com índice médio de 90% de cobertura total de abastecimento de água;
 - I.2) Aumentar em, no mínimo, 20% o índice de abastecimento de água para os distritos, povoados e outros aglomerados rurais em cada região fisiográfica;
 - I.3) Universalizar o atendimento da população difusa por meio do Programa Brasil sem Miséria / Programa Água Para Todos com a implantação de, no mínimo, 50 mil novas cisternas.

- II. **“Saneamento Ambiental”**: coleta e tratamento dos esgotos domésticos, coleta e destinação final de resíduos sólidos urbanos e implementação de medidas para solução dos problemas críticos de drenagem pluvial, prevenção e controle de cheias em ambientes urbanos.
 - II.1) Atender cada região fisiográfica com índice médio de 70% de coleta total de esgotos e implantar tratamento de esgotos coletados em 10% do total de municípios;
 - II.2) Atender cada região fisiográfica com índice médio de 90% de coleta urbana e aumentar em 20% o número de municípios com destinação final adequada;
 - II.3) Realizar investimentos sustentáveis em obras de captação, infiltração e de drenagem das águas pluviais em, no mínimo, 10% do número de municípios com ocorrência de inundações ou enchentes nos últimos 5 anos.

- III. **“Proteção e Conservação de Mananciais”**: realização de intervenções necessárias para a proteção de áreas de recarga e nascentes, para a recomposição das vegetações e matas ciliares e instituição de marcos legais para apoiar financeiramente as boas práticas conservacionistas na bacia hidrográfica.
 - III.1) Promover ações para a recuperação de 15 mil hectares de áreas degradadas na bacia;

III.2) Promover ações para a recuperação e proteção de 320 nascentes distribuídas nas regiões fisiográficas;

III.3) Implementar 4 projetos-pilotos de pagamento por serviços ambientais (PSA) a exemplo do Programa Produtor de Água da ANA, sendo um projeto por região fisiográfica, conforme referidas no Plano da Bacia.

ANEXO II**CARTA DE PETROLINA**

O rio São Francisco tem uma extensão de 2.863 km, enquanto a área de drenagem da Bacia corresponde a 636.920 km² (8% do território nacional), abrangendo 504 municípios e sete Unidades da Federação (Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás e Distrito Federal).

Aproximadamente 18 milhões de pessoas vivem em ambientes e condições diversificadas nas regiões fisiográficas do Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco, dedicando-se às diversas ocupações, apresentando as contradições do desenvolvimento econômico brasileiro.

Os grandes desafios que se apresentam se relacionam aos usos múltiplos das águas, envolvendo a universalização dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, o desenvolvimento das atividades da agricultura irrigada, o aproveitamento do potencial hidráulico, a navegação e a exploração do potencial das atividades de pesca, aquicultura, turismo e lazer.

Há de se considerar ainda, a necessária garantia das vazões ambientais dos cursos de água para a manutenção dos ecossistemas, que requerem estudos detalhados para a sua melhor definição, além da conservação e da recuperação de suas paisagens naturais, indispensáveis à harmonia do meio ambiente.

Para fazer frente a estes desafios, consoante a Política Nacional de Recursos Hídricos, foi instituído em 2001 o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco - CBHSF. Em seus dez anos de existência, o CBHSF tem uma rica história na mobilização das populações e na discussão de temas relacionados à gestão dos recursos hídricos da bacia do rio São Francisco, considerado o rio da "Unidade Nacional".

O Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2004 - 2013, fruto do esforço conjunto da Agência Nacional de Águas - ANA, do CBHSF, do Governo Federal e dos governos estaduais, com ampla participação da sociedade, propõe o desafio da construção do "Pacto das Águas", a ser materializado através da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos. Este Pacto envolve a União, os entes federados (estados e municípios) e os comitês de bacia hidrográfica e propõe compromissos de manutenção de vazões mínimas e metas de melhoria da qualidade das águas, com ênfase para a revitalização hidroambiental da bacia.

A revitalização hidroambiental, conforme preconizado no Plano da Bacia, consiste em um conjunto de medidas e ações, constituindo um projeto planejado, integrado no âmbito da bacia, a ser desenvolvido e implantado pelos municípios, pelo Distrito Federal, pelos estados, pela União, pela iniciativa privada e pela sociedade civil organizada, visando à recuperação da qualidade e da quantidade de água, superficial e subterrânea, tendo em vista a garantia dos usos múltiplos e a preservação e a recuperação da biodiversidade na Bacia.

O olhar para o futuro pressupõe o reconhecimento tácito das seguintes premissas:

- a União, os entes federados (estados e municípios), o CBHSF, os entes colegiados de bacias hidrográficas de rios afluentes (comitês e conselhos gestores de reservatórios) e demais entes do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, necessitam envidar esforços para fortalecer o gerenciamento, proteção e conservação dos recursos hídricos da bacia, promovendo a integração de todos os planos, programas, projetos e ações, previstos e em andamento, para não haver dispersão dos esforços da realização dos sonhos e desejos das diversas comunidades que vivem na bacia do rio São Francisco;
- a bacia hidrográfica necessita ser revitalizada, para que os cursos de água apresentem vazões em quantidade e qualidade compatíveis com seus múltiplos usos e as necessidades das populações atuais;
- a bacia hidrográfica necessita ser conservada, para que as gerações futuras possam se beneficiar das riquezas naturais e potenciais de suas águas; e
- a gestão ambiental e, especialmente, a gestão dos recursos hídricos devem se realizar visando a melhoria da qualidade de vida das pessoas e o desenvolvimento sustentável.

Particularmente, a União, ciente dessas premissas, já vem investindo nos últimos anos valores em torno de R\$ 4,8 bilhões na revitalização da Bacia.

Os signatários desta carta consideram fundamental o estabelecimento de compromissos objetivos com a continuidade desse esforço em prol da revitalização e melhoria de vida dos povos da bacia, avocando as seguintes metas como objetivos de todos:

- IV. **“Água para Todos”**: atingir, até o ano de 2020, a universalização do abastecimento de água para as populações urbanas, rurais e difusas;
- V. **“Saneamento Ambiental”**: atingir até o ano de 2030, a universalização da coleta e tratamento dos esgotos domésticos, a universalização da coleta e destinação final de resíduos sólidos urbanos e a implementação de medidas para solução dos problemas críticos de drenagem pluvial, prevenção e controle de cheias em ambientes urbanos; e
- VI. **“Proteção e Conservação de Mananciais”** implementar até o ano de 2030, as intervenções necessárias para a proteção de áreas de recarga e nascentes, da recomposição das vegetações e matas ciliares e instituir os marcos legais para apoiar financeiramente as boas práticas conservacionistas na bacia hidrográfica.

Os signatários se comprometem a definir em conjunto, sob a coordenação do Comitê de Bacia, para apresentação na próxima reunião ordinária deste órgão colegiado, as metas intermediárias a serem atingidas até 2014, bem como o volume de recursos necessários à sua viabilização, com base nos prognósticos do PPA 2012-2015, ora em fase de preparação.

Visando o fortalecimento da gestão dos recursos hídricos na bacia, nos termos propostos pelo Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia do Rio São Francisco, o CBHSF apresentará em 180 dias plano de trabalho, discriminando ações temporais a serem realizadas no período de 2011 a 2014 que lastreiem a consecução do Pacto das Águas.

Os signatários desta carta se comprometem, por intermédio de seus representantes, a apresentar ao CBHSF, por meio da Entidade Delegatária das funções de Agência de Água - AGB Peixe Vivo, o andamento dos planos, programas, projetos e ações necessários para o atingimento das metas estabelecidas, possibilitando a elaboração de um balanço a ser apresentado anualmente em Plenária Ordinária do CBHSF.

Petrolina, 07 de julho de 2011.

ANEXO III**RESUMO DOS LEVANTAMENTOS**

O levantamento das intervenções prioritárias na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, no período de 2011 a 2014, resultou em extensa planilha, que pode ser obtida nos sites da AGB Peixe Vivo (www.agbpeixe vivo.org.br) e do CBHSF (www.saofrancisco.cbh.gov.br), onde serão encontradas as especificações por município e por instituição financiadora.

A seguir é apresentado o resumo do levantamento.

COMPONENTE		CODEVASF (R\$)	MMA (R\$)	FUNASA (R\$)	MCIDADES (R\$)	ESTADO (R\$)	TOTAL (R\$)
I.1	Água para Todos: Urbana	-	32.186.000	81.849.355	1.692.577.676	855.774.947	2.662.387.978
I.2	Água para Todos: Rural/indígena/quilombola	313.407.466	-	-	-	-	313.407.466
I.3	Água para Todos: Difusa	210.780.000	-	-	-	-	210.780.000
II.1	Saneamento Ambiental: Esgoto	1.403.338.425	-	189.236.553	1.942.171.571	562.095.257	4.096.841.806
II.2	Saneamento Ambiental: Resíduos Sólidos	144.305.873	-	4.349.617	28.938.841	11.562.000	189.156.331
II.3	Saneamento Ambiental: Drenagem	-	-	-	807.780.462	-	807.780.462
III.1	Proteção e Conservação de Mananciais: Áreas Degradadas	163.269.996	-	-	-	17.906.163	181.176.159
III.2	Proteção e Conservação de Mananciais: Proteção de Nascentes	-	5.175.000	-	-	-	5.175.000
III.3	Proteção e Conservação de Mananciais: Pagamento por Serviços Ambientais (ANA e MG)	-	2.000.000	-	-	6.500.000	8.500.000
I.1 + II.1	Água para Todos: Urbana + Saneamento Ambiental: Esgoto	-	-	47.225.079	70.157.358	-	117.382.437

COMPONENTE		CODEVASF (R\$)	MMA (R\$)	FUNASA (R\$)	MCIDADES (R\$)	ESTADO (R\$)	TOTAL (R\$)
I.2 + II.1	Água para Todos: Rural/indígena/quilombola + Saneamento Ambiental: Esgoto	-	-	63.544.645	-	-	63.544.645
II.1 + II.3	Saneamento Ambiental: Esgoto, Drenagem	-	-	-	294.300	-	294.300
II.2 + II.3	Saneamento Ambiental: Resíduos Sólidos, Drenagem	-	-	-	516.500	-	516.500
I.1 + II.1 + II.3	Água para Todos: Urbana + Saneamento Ambiental: Esgoto, Drenagem	-	-	-	569.852.901	32.000.000	601.852.901
I.1 + II.1 + II.2 + II.3	Água para Todos: Urbana + Saneamento Ambiental: Esgoto, Resíduos Sólidos, Drenagem	-	-	-	10.545.752	-	10.545.752
BHSF		2.235.101.761	39.361.000	386.205.249	5.122.835.362	1.485.838.366	9.269.341.739